

ACADEMIA COLONIALISTA: MULHERES NEGRAS ENGOLEM INSALUBRIDADE ¹

Lavínia de Sousa Almeida Mendes ²

RESUMO

Através deste artigo temos o intuito de responder a situação-problema: Como a academia é experimentada e sentida por nós, mulheres negras? Para isso, faremos um exercício autoetnográfico e análise de relatos de acadêmicas negras sobre suas impressões e experiências no espaço universitário e de produção de conhecimento. Apesar das Cotas Raciais inegavelmente alterarem a paleta de cores das cátedras, o desconforto da branquitude racista é contínuo, naturalizado e, de forma perspicaz, reinventa os silêncios possíveis, a fim de manter as estruturas científicas em regra excludentes, e não é diferente na ciência geográfica. Contraditoriamente, o acesso à escolarização e às pós-graduações amplia possibilidades de vivência, autoconsciência, re-existência e Bem Viver.

Palavras-chave: Acadêmicas negras. Geografias. Racialidades.

ABSTRACT

This article has aim to respond to the problem: How is academia experienced and felt by us, black women? We will do an autoethnographic exercise and analyze reports from black women academics about their impressions and experiences at the university space and knowledge production. Although Racial Quotas undeniably change the color palette of universities, the discomfort of racist whiteness is continuous, naturalized and reinvents possible silences, in order to maintain scientific structures that are generally exclusionary, and it is no different in geographic science. Contradictorily, access to schooling and postgraduate courses expands possibilities of experience, self-awareness, re-existence and “Bem Viver”.

Keywords: Black women academics. Geographies. Racialities.

"(...) neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa."

Lélia Gonzalez (2018, 193)

“Comprendemos nosso *status* marginal, dele mobilizamos potências intelectivas.”

Winnie de Campos Bueno (2022, p. 14)

¹ Artigo acadêmico produzido a partir das reflexões e referências lidas nas disciplinas “Relações étnico-raciais e o princípio da igualdade”, ministrada por Luciana de Oliveira Dias e “Antropologia, Educação e Interculturalidade”, ministrada por Alexandre Herbetta, ambas cursadas pela Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) no semestre 2024/01. Apresentado no Seminário Antropologia, Educação e Interculturalidade, que ocorreu na Universidade Federal de Goiás no dia 02 de agosto de 2024.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação Geográfica (LEPEG), Goiânia/Goiás, Brasil. Mestranda em Ensino-Aprendizagem em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), orientada por Lorena Francisco de Souza. Especialista em Uso Educacional da Internet pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Licenciada em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Endereço eletrônico: lavmendes23@gmail.com

1. PARA COMEÇAR, A ESTÉTICA IMPORTA

Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 centímetros. Título, nome da autora, resumo, palavras-chave, introdução. É assim que se tece mais uma linha colonial do carpete sobre o qual caminha a branquitude, reluzindo ora prata roubada ora ouro roubado ora diamante roubado.

Insalubre. A academia brancocêntrica, *almost* homogênea, é insalubre. Para ti e para mim, estudantes negros de quaisquer instituições de ensino superior, instituições que seguem e defendem a divindade no céu cristão e os clássicos oitocentistas na terra. É nesse *pique* que a tarefa de driblar a morte em vida fica ainda mais difícil: quando não há um par negro para partilhar e confundir o padrão da tabela de cores que povoa os corredores da academia, sem que sejam funcionários da limpeza.

O pressuposto deste artigo indica que a convivência, as relações humanas e as experiências no espaço universitário moldam a produção científica e indica a nós os porquês das dificuldades em entender que estudantes indígenas e negros nas pós-graduações, querendo ou não, transforma as epistemes, os métodos e as teorias vigentes e válidos. Em resposta, a branquitude racista articula-se e mostra-se poderosa, impetuosa, arrogante, privilegiada, agressiva e coletivizada. Sim!, coletivizada: as demonstrações de que o

espaço universitário e a produção de conhecimento válido são brancocêntricas e com prisma europeu são veementes. E aí de nós se não seguirmos.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva e Lorena Francisco de Souza (2022, p. 128) pontua que “ao compreendermos a ciência como um produto das forças sociais percebemos mais facilmente as agendas de mobilizações que são priorizadas, assim como métodos, teorias e campos temáticos que são privilegiados e legitimados”. Dessa forma, historicamente o locus de produção e domínio de produção de conhecimento partiu de uma geopolítica que centra a razão em partes da Europa, sendo estas, segundo Ramón Grosfoguel (2013), Itália, França, Inglaterra, Alemanha e, por último, os Estados Unidos da América (EUA).

A partir de Eduardo Restrepo (2017, p. 213) entende-se que “a diferença como outridade extrema” é um projeto advindo da colonização para que sejamos vistos como pouco desenvolvidos e por isso somos terceiro mundo. Vemos a política da outrificação reproduzindo-se e reinventando-se na academia, comungando com os apontamentos de Cíntia e Lorena (2022).

Diante as ameaças aos templos da razão absoluta e das ciências constituídas nos oitocentos, obviamente a convivência nas universidades torna-se mais difícil, na medida em que falar nos expõe, torna-nos constantemente alvos dos egos brancos dos *dotô*, partir dos universos indígena e negro é descaracterizar a

ciência (inclusive a geográfica)... Em suma, o questionamento que dizem ser a base da investigação científica não pode ter como objetivo-fim questionar as bases epistemicidas, racistas, sexistas, LGBT+fóbicas e essencialistas das próprias ciências. Ou seja, a estética deixa-nos pistas.

Reina o silêncio, característico do racismo à brasileira, naturalizando as violências e às vezes confundindo-se até com elogio. Ora ou outra ouve-se por aí falas orgulhosas sobre a pluralidade existente nas universidades, graças ao quanto cada instituição é democrática. Acreditam mesmo que estão concedendo alguma coisa, então é necessário afirmar identidades, lutas, conquistas e processos árduos e contínuos de defesa de direitos. Entre um “acúmulo de lutas, indignação e avanços” estamos nós, mulheres negras na academia, como afirmam Luyanne Catarina Lourenço Azevedo e Ana Cláudia Ramos Sacramento (2022, p. 97).

Enquanto os verbos conceder, tutelar, ofertar, receber e outros significarem mais, no campo prático, do que redistribuir, há sérios problemas sociopolíticos a resolvermos e um deles é: o racismo não é problema nosso, é de todos. Mas até o momento a estética interessada no antirracismo ainda é negra e indígena. Ou seja, a estética importa.

Fato é: o poder da caneta para cotistas é um perigo iminente à hegemonia das duas dúzias de uma cor só. As estéticas importam e

se há uma predominante, incontestável e unicamente válida, os problemas devem vir à tona. Para o desconforto e o mal estar dos acadêmicos privilegiados, este artigo tem por intuito responder a interrogação: Como a academia é experimentada e sentida por nós, mulheres negras? Se assumimos como possível “desestabilizar os vínculos sutis das relações de poder” e “desoutrizar a diferença ao mesmo tempo em que heterogeneizar as noções de ‘nós’” (Restrepo, 2017, p. 211) quais são as nossas contribuições estando na academia e em especial na Geografia?

Para tal, o próximo tópico descreve e discute a metodologia utilizada neste artigo; posteriormente, discute-se sobre as dificuldades em adentrar na academia, partindo de corporalidades subversivas como a minha, mulher cisgênero negra lésbica periférica baiana fixada em Goiás. Neste segundo ponto, dividiu-se em dois subtópicos a fim de pensar o espaço universitário como um todo e depois debruça-se especificamente sobre a Geografia.

2. MÉTODO-TEORIA

Para responder a situação-problema do presente artigo, faremos um exercício autoetnográfico, sobre o qual Marta Quintiliano (2019) circunscreve em sua dissertação. Deste modo, o “Eu” aparecerá neste artigo, subvertendo e desmascarando a suposta neutralidade. Inserir-se nas pesquisas, estabelecendo proximidade e intimidade com o real é desconstruir as estruturas

super abstratas e demonstrar o quão próximas estão do cotidiano.

Assumir a responsabilidade e o compromisso de escrever a própria história é um ato de tornar a coragem em ação e práxis. Romper com o silêncio, bem como acessá-lo de forma estratégica, e superá-lo através das palavras é um desafio que nos expõe, mostra quem somos e o que não somos e as nossas intenções.

Silêncio
Em tons nervosos
Pinga suor
E treme de medo

Silêncio
Que não suporta mais
Nem o seu
Nem a si mesmo

Silêncio
Bateu em minha porta
Dei água
Mas deixei dormir do lado de fora
(Mendes, 2023, p. 15).

Considero também igualmente relevantes as trocas com o professor Alexandre Herbetta nas aulas de Antropologia, Interculturalidade e Educação, ministradas no 1º semestre de 2024. Nestas o silêncio fez-se ausente. As falas e as escutas de colegas indígenas, negros e quilombolas foram extremamente relevantes para pensar o que é etnografia, autoetnografia, estratégias de pesquisa e procedimentos metodológicos que fizessem mais sentido na vida e prática científica da turma.

De forma distinta da matriz que ainda se espelha na distância entre sujeito e objeto, a

autoetnografia propõe que a base da investigação seja as vivências da pesquisadora, a proximidade com os sujeitos participantes da pesquisa (que não são objetos, mas protagonistas) e a construção da relação entre micro-macro, não perdendo de vista a importância das estruturas desiguais para compreender a materialização cotidiana das violências e dos silêncios.

Aprendo muito com Marta sobre isso, não só pela dissertação aqui referenciada, mas pelas conversas nos diversos movimentos de mulheres negras na região metropolitana de Goiânia, pois escrita acadêmica e científica é antes de tudo experiências no espaço-tempo. Sendo assim, método é teoria e teoria é chão da vida. As epistemologias negras retomam o real, esquecido pelo cerne de ciências eurocentradas que diziam-se interessadas pelo mesmo.

Além da autoetnografia, rabiscada na introdução, chamo para o diálogo intelectuais negras que dissertaram sobre suas experiências acadêmicas, destacando os desafios e as possibilidades em ser-estar como sujeitos reivindicando o direito de produzir ciência a partir das epistemologias negras, que perpassa pela afirmação contínua da nossa humanidade e da possibilidade de Bem Viver.

Chamando atenção para o meu lugar de produção, traço reflexões em paralelo com a Geografia, em especial com a interseccionalidade, compreendida como aparato metodológico na pesquisa geográfica, juntamente à investigação da história de vida de docentes negras de Geografia,

de Luyanne Catarina Lourenço Azevedo e Ana Cláudia Ramos Sacramento (2022).

A corporeidade pode ser compreendida como a forma que corpos são lidos no espaço, como uma grafia corporal, ou corpo-grafia, pois as pessoas grafam, a partir suas vivências e deslocamentos pelo espaço, suas trajetórias socioespaciais. Ao refletir sobre os deslocamentos realizados pelas pessoas, é importante utilizar análises interseccionais. Os corpos podem ser lidos a partir de estereótipos e estigmas, impregnados por leituras sociais racistas, machistas, capacitistas, LGBTfóbicas... (Azevedo, Sacramento, 2022, p. 98).

Dessa forma, há dois aspectos fundamentais no método-teoria-vida selecionados para realizar a presente pesquisa: primeiro, a autoetnografia e, não menos importante, a interseccionalidade atrelada à ideia de corporeidade que sente e transforma o espaço.

Assim, questionamos: vamos então racializar a ciência geográfica e o ensino de Geografia? Para isso será necessário e inevitável (re)pensar: para que Cotas Raciais? Qual o sentido em receber pessoas que se situam às margens sociais apenas com olhar tutelar e não se abrir para os diálogos sobre produção de conhecimento científico e sobre o espaço geográfico? Como de fato as contribuições desses sujeitos são bem-vindas quando não seguem as lógicas científicas postas e propõem produzir significados diversos - a partir das óticas negras e indígenas - sobre espaço, território, escala e outras

categorias fundamentais para o conhecimento geográfico?

3. O INFERNO CRISTÃO É UMA METÁFORA SIMPLÓRIA: O RACISMO ACADÊMICO É MAIS COMPLEXO

Peau Noire, Masques Blancs (Pele Negra, Máscaras Brancas) deveria ser a tese de doutorado de Frantz Fanon. Deveria ser. Não foi. Recusada pela academia francesa diante o aspecto denunciador tanto da psiquiatria com espinha dorsal racista quanto da França como sociedade que tinha como mecanismo de funcionamento o racismo.

O texto aprovado em 1951, segundo Deivison Faustino (2015), atendendo às exigências mais conservadoras, intitulou-se *Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'Hérédo-Dégénération-Spino-Cérébelleuse. Un cas de maladie de Friedreich avec délire de possession (Transtornos mentais e síndromes psiquiátricas em Hérédo-Degeneration-Spino-cerebelar. Um caso de doença de Friedreich com delírios de posse)*.

Apesar de contexto temporal e espacial distintos, quais são as permanências do imaginário acadêmico de que os corpos negros produzem *nada*, pois são *nada*? Como é possível o *nada* produzir *algo*? Além disso, como pode o *nada* contestar, falar, disputar, ousar em transformar? Ora, “Pode o subalterno falar?”, como questiona Gayatri Chakravorty Spivak (2010)? Na academia ocidentalista ególatra conversadora racista sexista

binarista LGTQIA+fóbica, o subalterno é lixo. E quando nós dizemos “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2018, p. 193), quem de fato escuta e, ainda mais, está disposto a se mover e transformar a realidade posta?

Diante disso, a presença da negritude na academia, especialmente das mulheres negras, é uma constante afirmação em primeiro lugar de que somos humanas e lutamos pelo direito de desfrutar da vida em vida, ou seja, queremos Bem Viver, experimentando da complexidade do que significa fartura e fortuna numa sociedade idealmente igual. Vale (re)afirmar: bem estar individual é distinto de Bem Viver coletivo e coletivizado, como aponta Juliane Cintra de Oliveira (2019).

Muitas de nós morremos antes do início da decomposição do corpo e um desses assassinos é o racismo acadêmico, que nos diz continuamente sermos insuficientes, inapropriadas, raivosas, petulantes, prepotentes, ativistas “demais” (não conheço ativistas de menos), pouco cuidadosas ao se aproximarem apaixonadamente dos objetos de pesquisa (já sabemos qual é o fundo dessa historietta entre sujeito-objeto) e elogiosamente esforçadas, depois complementam “Mas...”. Algo falta! E canta alto as bases do racismo oitocentista.

Até que chegemos na pós-graduação há um longo caminho: superar o racismo escolar e as violências interseccionais sobre

nosso corpos-orís, perseverar aos trancos e barrancos nos processos seletivos, torcer para que o Cad Único esteja atualizado e a inscrição seja isentada, permanecer, concluir. São duras as penas sofridas pela burocracia. Após a entrada e diversas homologações, os desafios tornam-se mais complexos e a perversidade passa a ter nomes.

Zethu Matebeni (2017) considera, partindo de estudos na África do Sul, que as universidades como espaços desafiadores, mesmo quando alguns de seus pólos consolidam-se como protagonistas nas pesquisas sobre dissidências subversivas de gêneros e sexualidades.

(...) acadêmicas e estudiosas sul-africanas argumentam que os ambientes de aprendizagem e ensino “permanecem alguns dos espaços mais conservadores e não transformados (...) mesmo quando vários estudos acadêmicos e publicações se concentraram na desmistificação da sexualidade e orientação sexual na África do Sul” (Hames, 2012, p. 66). Isso também contribui para uma cultura no campus que não está devidamente preparada ou é particularmente acolhedora às necessidades de pessoas lésbicas, gays e transexuais (Matebeni, 2017, p. 29).

É na convivência que a exclusão em forma de fobias das mais diversas toma forma, demonstrando que a academia tem dificuldade em aceitar, respeitar e dialogar com as diferenças (Matebeni, 2017).

Eu me vejo em Marta Quintiliano (2019, p. 61) ao ressaltar, a partir de vivências partilhadas com Vercilene Kalunga, as dificuldades financeiras para, primeiro, entrar na universidade por processos seletivos excludentes e contraditórios mesmo quando se afirmam plurais

e, se reprovados, sermos “vistos como os incompetentes, que tem de estudar mais, pois não temos tempo para curtir frustrações ou reprovações”.

Segundo, permanecer na graduação e pós-graduação. As dificuldades parecem o Everest: condições financeiras precárias, deslocamento, transporte público, sorrir sempre de preferência, responder violências com cordialidade, torcer para não perder o próximo *busão* após o término da aula, não encontrar ninguém que queira estuprar-nos por correção, chegar no portão de casa sem um arranhão, destrancá-lo rapidamente, desdobrar-se aos afazeres de casa, estudar teoria e método em geografia, concentrar-se para no outro dia sorrir de novo.

Coaduno com Célia Xacriabá, que parte do universo indígena e muito diz também sobre como a intelectualidade negra opera, vê e sente o mundo (2020, *online*):

A intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo o corpo. Todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro. É aí que a intelectualidade indígena acontece.

O corpo, também território, é interseccional e, por isso mesmo, um campo aberto, amplo e multifacetado. Se por um lado circunscreve as diferenças e marcadores de exclusão, as interseccionalidades são portas

abertas com energias múltiplas, tornando reais e plurais as possibilidades de (re)viver.

Marta Quintiliano (2019, p. 65), a quem tenho o prazer de vez ou outra encontrar e abraçar, partilha a experiência em perceber que o colega Júlio Kamêr:

(...) fica extremamente chateado quando alguém não o deixa falar. Apesar de nunca reclamar, percebo a tristeza no seu olhar. (...) No estágio de docência, por exemplo, os acompanhei na aula que ministrariam. Sala lotada, alguns distraídos, outros no celular, outros dispostos a atacar a trajetória e os conhecimentos do Kamêr e da Jôkàhkwyj. Para mim, foi muito difícil ver os ataques de alunos e ficar calada, foi muito duro olhar para Kamêr e vê-lo de cabeça baixa. Ele ama ensinar e naquele momento foi silenciado.

Os códigos do assassinato ao ânimo, ao ímpeto, à sabedoria, à coragem e à autoestima reestruturam-se com o mesmo intuito: tirar-nos do lugar de humano e racional. Constantes convites para sair, caso não queiramos andar nas linhas tortas da academia colonialista. E, obviamente, lidar com os colegas que demonstram tudo (nada) saber, exercitam a falta de senso de forjarem-se como nossos coorientadores sem serem convidados e mostram-se gentis ao traduzirem o que já foi didaticamente dito.

Até chegar ao ponto de invalidar o que defenderemos como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, como ocorrido com Frantz Fanon (2008), sofremos diversas interrupções de fala, quando permitem que nos expressemos, violências simbólicas, agressões verbais, risos irônicos e debochados, falas de desmerecimento explícito às formas negras de

viver e ver a ciência, mãos inoportunas, olhares insinuantes de homens desrespeitosos que acham mesmo serem a salvação das mulheres negras lésbicas.

Mesmo defendendo trabalhos com potencial científico, responsabilidade e compromisso, se os brancos não entendem nossa escrita e não escrevemos signos compreensíveis a *eles*, aí pronto, o furdunço está feito! Marta (2019) destaca como falar e escrever Pretuguês, lembrando Lélia Gonzalez (1988), dificulta o diálogo com os templos da razão.

Se recebemos atenção considerável dos pares acadêmicos e torna-se inviável nos manter escombros abaixo, tratam de demarcar para quem serve as teorias e métodos que forjamos: apenas para nós mesmos, não para todos, pois nossas pesquisas não podem se tornar leis gerais, ou seja, possuir caráter universal. Se houver uma lei geral sobre a dor, provavelmente é a nossa, afinal, é sobre isso que sabemos. Somos eternos sobreviventes, “Essa é a força de vocês”, dizem.

Estar dentro e mesmo assim ser estrangeira, como disserta Luciana de Oliveira Dias (2019, p. 10):

Estou dentro, estou entre, mas não estou com... Enfim, em meu campo eu ainda sou uma “quase da família”, e me perdoem aqui o uso da ironia, meus colegas são excelentes profissionais e realço aqui de toda carga aristocrática da excelência; são pessoas bondosas, sendo que muitas me aconselham a me valorizar e a não me reduzir quando afirmo minha identidade racial, afinal eu sou negra,

mas sou doutora; são pessoas muito bem intencionadas, muitas são até favoráveis às cotas raciais, mas como eu já estou lá, dizem: “já chegou a hora de reconhecermos a igualdade entre todos nós e os esforços que todos os seres humanos empreendem independentemente de raça, sexo ou religião”; e também são pessoas pedagogicamente generosas, me ensinam o tempo inteiro: a como me relacionar com meus superiores e a como me comportar em espaços formais. Outro dia até ouvi de um colega em um evento, depois de eu apresentar uma fala inspirada no potente e dulcíssimo afro-poema de Conceição Evaristo (2008): “Vozes Mulheres”: Ele disse: “Você precisa se cuidar mais. Não precisa ser tão raivosa”.

Vale o diálogo: *eles* acham que podem tudo e tentam convencer-nos desta pseudoverdade absurda. Modernos, pós-modernos, estruturalistas, pós-estruturalistas, colonizadores e revolucionários ao mesmo tempo. Confuso e colonialista, mas altamente sofisticado. É elogiosamente engenhosa, inclusive, toda essa mistura explosiva, e há aqueles que digam também generosa: oferecem-nos o problema e a solução para o nosso terceiromundismo (Restrepo, 2018).

Há mais mulheres negras ingressando nas universidades. Saindo, entrando em pós e inserindo-se no mercado de trabalho é outra história. Há mais mulheres negras lendo intelectuais e cientistas negras. Serem acessadas como referências para temas que não dizem respeito ao racismo (afinal, somos especialistas nisso) é outra história. Há mais mulheres negras interessadas em reescrever a ciência colonialista. Se há mesmo orientadores que não execram esse

interesse nas universidades é outra história. Há mais docentes negras nas universidades. Se são respeitadas e se conseguem respirar em paz é outra história. Há mais intelectuais negras escrevendo, pesquisando e publicando. Se são lidas sem que sejam cobradas por corresponder aos padrões colonialistas de escrita é outra história. Há mais mulheres negras vivendo da docência, ciência e pesquisa. Se não encontrarem pelo caminho conchavos, facilmente construídos, para que impeçam a subida a um universo-subversivo em que nós somos majoritariamente funcionárias da limpeza e garçonetes... É outra história!

Há várias camadas e história por debaixo do tapete, mesmo nas conquistas.

3.1. ENQUANTO ISSO NA GEOGRAFIA...

Ao entrar no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG/UFG), entre os pós-graduandos e as pós-graduandas, a diferença mora na minha estética. Mulher cisgênero negra lésbica baiana candomblecista pesquisadora de/as racialidades. Faz-me pensar, na escuta de Rashid em parceria com Ellen Oléria (2018): Quantas Lavínias nunca saíram do zero? Onde elas estão? Por que não aqui? Num sopro otimista imagino: que estejam povoando os corredores de outras pós-graduações.

Sobre este emaranhado, vale três rubricas:

- primeiro, colocar-nos, mostrar-nos e delimitarmos quem somos é um ato de coragem, ruptura e ação diante a apática e invisibilizadora forma de escrever textos acadêmicos;
- segundo, não destaco as interseccionalidades que perpassam meu corpo-orí a fim de alimentar escalas de (des)importância e opressão. Pelo contrário, destaco a pluralidade da vivência como possibilidade de olhar o mundo e a sociedade por ótica *almost*-privilegiada, por mais que a tendência seja ver a opacidade e a violência que traz ser-estar nestes lugares;
- terceiro, não desejo afirmar a presença na academia como único ápice ou sonho, mas sendo um meio de possibilidades questiono-a por em diversas vezes demonstrar-se avessa à diversidade, por mais que na teoria forje outra imagem.

Na sala de aula, questionar o porquê da branquitude corresponder à maioria do pensamento científico é, na certa, abrir o show da arrogância e da reafirmação contínua do complexo de superioridade dos brancos - sobre o qual disserta Frantz Fanon (2008) - que se dizem, obviamente, intelectuais e cientistas de verdade. Revelam-se imensos ególatras, quando vêem-se ameaçados pelas epistememes africanas, amefricanas ladinas - chamando Lélia Gonzalez (2018) para renomear nossa espacialidade de América para “América Ladina” - e indígenas, e ainda mais por

pós-graduandos em Ensino-Aprendizagem em Geografia, que fazem *sabe-se lá o que*. Qualquer coisa, menos pesquisa.

Imagário em que a nós cabe “o papel de disciplinadas, dóceis, submissas e úteis”, enquanto para a branquitude cabe “o papel autoritário, paternalista e dominador”, como ressalta Luyanne Catarina Lourenço Azevedo e Ana Cláudia Ramos Sacramento (2022, p. 101). É aqui que entra o silêncio, elemento presente ao longo da formação da primeira geógrafa-professora negra, entrevistada por Luyanne e Ana Cláudia: “Eu passei praticamente a graduação toda em silêncio”. O desafio que se desenha é: como tornar o silêncio engrandecedor, estratégico e não corrosivo, fazendo com que cada vez mais tenhamos certeza de que “Não sou algo / Nem ninguém / Soul alguém” (Mendes, 2023, p. 16)?

A minha agonia no mestrado iniciou-se antes mesmo do período de matrículas, em que na linha de pesquisa Ensino-Aprendizagem em Geografia apenas eu era mulher, partindo de uma lógica binarista violenta apenas você, que me lê, entenda. Apesar de outros cotistas estarem aprovados, a questão era interseccional: eu era a única mulher negra, consequentemente, a única mulher negra lésbica.

Em todas as equações que pareciam recair em desespero, encontrar Lorena (minha orientadora) e cursar duas disciplinas no

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), uma com a antropóloga Luciana de Oliveira Dias e outra com o antropólogo Alexandre Herbetta, foram alegrias. A liberdade que eu tive em expressar-me no LEPEG também foi e é conforto.

Os cotistas da pós-graduação em geografia (e os outros também, não se enganem) que se virem e tratem de se felicitar por ter acesso à universidade pública, aos melhores e mais compreensivos professores, às leituras dos clássicos e de outros autores que os elevam à condição de santidade, ao restaurante universitário supostamente democrático, popular e de altíssima qualidade, à convivência com colegas de curso - nenhum se chama Adão - interessados em tornar o ego em uma costela, logo em uma mulher, e depois dividir com os parças de laboratório. “Essa família é muito unida e também muito ouriçada”, Dudu Nobre deu o tom (2001). Apesar de não ser da família, também quero pirraçar.

Por mais que tenha afirmado a pirraça (irônica ferramenta), a partir de Dudu, o silêncio tem sido a mais acessada. Calo-me, pego o *busão*, ansiosa para chegar em casa e driblo as faltas máximas, a fim de preservar-me e alcançar meus objetivos: fazer do estudo um meio para encerrar o pacto com a pobreza que a branquitude racista burguesa fez por mim.

Escrever, aqui, é estratégia, ato necessário e constituinte de enfrentamentos que o silêncio, *almost* cotidiano, não nos livra. Se a fala nem sempre é possível e às vezes é execrada por

acadêmicos perversos, maldosos, pseudoleitores e metidos a besta - como dizemos na Bahia - a escrita é ação possível (Lorde, 2019). Este texto desenha-se assim: estratégia para Bem Viver e transformar.

As lacunas na produção geográfica sobre racialidades me trazem aqui e me levarão a outros escritos investigativos, buscando conversar com os geógrafos sobre os silêncios que são a regra na área, apesar de alguns brancos salvadores afirmarem que a Geografia já é outra: extremamente diversa. Talvez eu quem viva em outro mundo e consequentemente em outra Geografia.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva e Lorena Francisco de Souza (2022, p. 132) pontuam que:

(...) o Observatório da Geografia Brasileira contém 25.437 artigos *online* distribuídos pelos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme o quadriênio 2013 - 2016 do Qualis Capes. Neste conjunto total de artigos, foi feita uma busca com termos ligados às questões das racialidades, como raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial movimento negro e Lei 10.639, que resultou em 452 artigos, representando aproximadamente 1,8% de toda a produção de artigos nacionais da geografia *online*.

É comum escutarmos que já foi pior e que maravilha termos já 452 artigos publicados. O problema é profundo, enquanto diversas são as justificativas. Lorena e Cíntia (2022) convida-nos a enxergar que antes da

Lei nº 10.639 a produção se desenhou da seguinte maneira: entre 1950 a 1960 foi publicado 1 artigo, entre 1961 e 1980 nenhum, entre 1981 e 1990 foram publicados 3, entre 1991 a 2000 foram publicados 4.

Nestes dados mora algumas preocupações: na segunda metade do século XX, as racialidades destacaram-se em 8 artigos. A produção pós Lei se dá por obrigação? A produção se dá graças às Cotas Raciais, que alteram a paleta de cores das universidades? Em qual lugar estão postas as racialidades quando aparecem na produção geográfica? As racialidades são convidadas pelos intelectuais brancos para repensar as bases da ciência ou são apêndices, escoros, *status* e oportunismo? O pensamento negro é convidado para os debates como de fato científico ou como papinho visto como passageiro, moda e temas do momento? Os intelectuais brancos já refletiram sobre seu privilégio hoje?

A Geografia que engole o sujeito tem outro pano de fundo: alimentar a película que camufla quem a produz. O campo de produção científica monopolizado por homens brancos de classe média marginaliza as racialidades como consequência. Quando aparecem relegam-se aos temas e à pluralidade de abordagens, não são vistas como reinterpretção das bases da ciência geográfica, afinal, se o debate é levado a sério os privilégios são postos em cheque. Nossos questionamentos podem desestruturar e desestabilizar o castelo puramente racional, por

isso servem de enfeite para forjar um abraço inclusivo que não existe na prática.

Diversas são as vezes que somos mesmo motivo de piada e chacota. Joseli Maria Silva (2009, p. 17) pondera:

A pretensa liberdade de expressão e criação, que deveria caracterizar os ambientes investigativos, foi revelando uma faceta preconceituosa e excludente. O estudo de mulheres pobres, prostitutas, travestis, meninas exploradas sexualmente e meninos de periferias urbanas envolvidos em infrações cada vez mais graves definitivamente não se configura como tema relevante no meio científico da geografia brasileira. As espacialidades desses grupos sociais vivenciadas a partir das categorias de gênero, sexualidade, raça e classe foram vistas muitas vezes como irrelevantes. Em várias oportunidades serviram de piadas ou, ainda, foram consideradas como capricho de pesquisadores que gostam de afrontar a ordem estabelecida por meio do estudo de temas exóticos e, principalmente, classificados como não geográficos por geógrafos(as) conservadores(as). Aos poucos, nos acostumamos com o desmerecimento de nossos temas e a desqualificação do alcance interpretativo de nossas teorias e métodos no campo científico da geografia brasileira e latino-americana.

De um lado das trincheiras, a branquitude, de maneira geral, que não se vê como privilegiada encontra-se muito bem armada, comungando referências distantes do real, produzindo teoria e método de gabinetes, distantes do real.

Na Geografia brasileira vê-se incômodos e manifestações em relação a invisibilidade de raça e das racialidades no

campo, aos quais Cintia e Lorena (2022, p. 129) chamam atenção:

(...) gostaríamos de ressaltar que um marco na emergência da abordagem racial na geografia brasileira nos remete ao "Manifesto por uma Geo-grafia Negra", apresentado em 2019, em São Paulo. O manifesto foi direcionado à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), à Associação das/os Geógrafas/os Brasileiras/os (AGB), e ao conjunto das/os estudantes e profissionais de Geografia, para apresentar as demandas e proposições por uma geografia negra, aglutinando produções já desenvolvidas nos anos 1990 e 2000 na ciência geográfica, que não tiveram visibilidade no campo epistemológico, sendo pulverizados nos estudos regionais e/ou culturais.

Além do Manifesto, destacam-se produções acadêmicas geográficas que buscaram priorizar racialidades e gênero:

(...) é válido destacar que os trabalhos realizados pelas autoras Antônia dos Santos Garcia (dissertação defendida em 2001), Lorena Francisco de Souza (dissertação defendida em 2007), Renata Batista Lopes (dissertação defendida em 2008) e Marise Vicente de Paula (tese defendida em 2010), que defenderam em seus trabalhos uma análise de gênero e raça associadas à geografia. Há ainda o pesquisador e professor Alex Ratts, que também discute gênero e raça, sobretudo, gênero atrelado às masculinidades (Silva, Souza, 2022, p. 138).

Neste momento, no LEPEG, Lorena Francisco de Souza é referência em pesquisas, reflexões e atividades que priorizam racialidades no Ensino de Geografia. Com mestrado em andamento, busco contribuir com estas reflexões partindo do uso da literatura infanto-juvenil negra. Assim, tenho questionado e autoavaliado: em que posso colaborar com o pensamento desenvolvido

na linha ensino-aprendizagem de Geografia no IESA/UFG, partindo do pressuposto da necessidade em considerar raça elemento fundamental para pensar o espaço geográfico? Ao invés de alimentar meus artigos e a minha dissertação com críticas pelas críticas, quais são as proposições que posso fazer, a fim de fortalecer a educação pública, o ensino de Geografia racializado e a aprendizagem sobre história e cultura negras brasileiras?

4. NÃO HAVERÁ PONTO FINAL NESTA CONVERSA ENQUANTO...

...a unicidade e universalidade forem caravelas lotadas de brancos salvadores, eternos apaixonados, platônicos, em direção aos nossos corpos-territórios-conhecimentos como se fôssemos novamente as terras supostamente desconhecidas a serem invadidas, roubadas, estupradas e assassinadas. Sendo a nossa presença uma ameaça iminente ao privilégio e à ciência de verdade, não é surpresa a ojeriza explícita.

O problema “Como a academia é experimentada e sentida por nós, mulheres negras?” é altamente complexo no plano prático e teórico. Este escrito não chega perto de equacionar uma resposta apenas, pois para esta interrogação os relatos, as análises e as saídas são diversas. Inevitável é chegar à conclusão de que numa sociedade racista, que em muitos momentos nem mesmo reconhece-se como racista, ser mulher negra consciente

de si (ou não) traz muitas dificuldades e muitos enfrentamentos diários nas cátedras pálidas. Produzir sobre as racialidades na ciência desenha ainda mais abalos sísmicos, que balançam as estruturas canônicas e intocáveis de cada área de produção.

Como a academia é experimentada, vivenciada e disputada por nós, mulheres negras, não pode ser uma reflexão apenas nossa. O racismo é uma invenção não-negra e não-indígena, há que se dizer o óbvio! Esta escrita é um convite à branquitude que ainda *não caiu na real*. Vocês, sujeitos brancos, precisam pensar sobre privilégios e assim agir, abrir mão e participar da redistribuição histórica necessária para falarmos de igualdade e justiça.

As interseccionalidades vividas, experienciadas e ressignificadas não são sinônimos de âmago da dor, nem mesmo de afirmação do nosso poder em sobreviver. Sermos mulheres negras na academia e enxergar a realidade como interseccional é um campo amplo, múltiplo e plural de possibilidades, saídas, portas abertas e energias flexíveis para que estejamos bem em vida. Viver bem. Bem Viver.

Sem dúvidas, o incômodo amargo sobe à boca quando se lê textos como este, escrito por uma cotista bolsista, fora dos círculos de “puxa-sacos” ou “lambe-botas”, sem mesmo ser geógrafa de formação. Em certos momentos, o desconforto é explícito, em outros se dá de forma tão sutil que se contestados tais comportamentos apontam o dedo para nosso vitimismo, conhecido

popularmente como *mi-mi-mi*, ou mesmo para nossa loucura e agressividade, características impressas pelo racismo à moda oitocentista.

Sem dúvidas, a fúria com sabor de veneno sobe à boca quando se lê textos escritos por uma pós-graduanda que digita letra por letra, conectada do bairro periférico da desigual-brutal região metropolitana de Goiânia, afirmando o lugar de mulher negra lésbica baiana de família trabalhadora e ao invés de escarrar goela afora apenas as dores, os desafios e as mortes diárias, escolhe escrever sobre como são legítimas e sofisticadas as teorias, metodologias e epistemes negras acadêmicas.

Sem dúvidas, contra a maré, a surpresa salta aos olhos por ler textos escritos por nós, acadêmicas negras, com tamanha petulância ao contestar o caráter excludente e selvagem da academia colonialista.

Luciana de Oliveira Dias (2019, p. 12) questiona os antropólogos: “Vamos, de maneira radical, descolonizar o campo que segue marcado pelo racismo e pelo machismo, e por tantos outros processos discriminatórios?”. Gersem Baniwa (2023, p. 45) faz o mesmo: “Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?”. Ouso a fazer perguntas similares à história e à geografia: Vamos, de maneira radical, descolonizar a história e a geografia, campos marcados pelo racismo, machismo, heteronormatividade e por tantos outros

processos discriminatórios? Intelectuais negros e indígenas abraçam a história e geografia. Ainda serão as mesmas? É possível que sejam as mesmas?

Beatriz Nascimento (2015) e Lélia Gonzalez (1988, 2018) foram desterritorializadas da historiografia. Quando lembram que sou unicamente artista e escritora-poeta, a desterritorialização historiográfica é repetida. Quando afirmam que não sou professora por priorizar a educação não formal e não estar entre quatro muros de quaisquer escolas, a desterritorialização historiográfica é repetida. Quando empurram goela abaixo noções colonialistas de espaço, território e região, como se as intelectualidades negras e indígenas não estivessem conceituando-as e como se abraçar óticas-outras não brancas fosse um crime científico, a desterritorialização geográfica também é feita. Este texto será utilizado também a serviço dos covardes e mal-intencionados, chamados de competentes pela academia colonialista, a fim de acusar-nos por desestabilizar as ciências.

Para despedir-me temporariamente, deixo a vocês-leitores uma epígrafe que vem aparentemente errônea, ao final do texto, mas na verdade é o início de outro:

“Quero um conto, um canto, um ponto na trajetória do
devenir
Para um futuro mais belo.
Futuro que vislumbro na cor dourada do sol da janela dos
Arquivos
Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora.
Quero escrever um conto ao silêncio dos documentos.”
Beatriz Nascimento (1984)

5. AGRADECIMENTOS

À minha orientadora de mestrado Lorena Francisco de Souza.

Ao LEPEG, em especial à Lana Cavalcanti.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS),

Luciana de Oliveira Dias e Alexandre Herbetta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço; SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. As Trajetórias de Vida--Formação--Profissão de Ella, Filomena, Maria e Sol. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 13, n. 1, p. 95-124, 2022.

BANIWA, Gersem. “Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?” Um debate necessário. *Anu. Antropol.* (Brasília) v. 48, n. 1, pp. 45-52. Janeiro-abril/2023. Universidade de Brasília.

BUENO, Winnie de Campos. Prefácio - Afeto, resistência e luta: da fibra que é feita o Movimento Negro Educador. In.: Gomes, Nilma Lino. *Saberes das lutas do Movimento Negro Educador*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2022.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da Família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. *Revista Humanidades & Inovação*, Edição Especial: Epistemologias e Feminismos negros, v. 6, n. 16, p. 8-12, 2019.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison M. *"Por que Fanon? Por que agora?"*: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93. p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In.: UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas. *Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genicidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula rasa*. Bogotá – Colombia. Nº 19: 31-58, julio-diciembre 2013.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução Stephanie Borges. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MATEBENI, Zethu. Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer. *Revista de Antropologia*, 60 (3), pp. 26-44, 2017.

MENDES, Lavínia. *Fruta mordida, perfume da mata*. Belém - PA: Editora Folheando, 2023. II Prêmio Variações LGBTQIA+ 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Quero escrever um conto. In.: RATTIS, Alex; GOMES, Bethania. *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Salvador - BA: Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

NOBRE, Dudu. A grande família. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dudu-nobre/45592/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Juliane Cintra de. *Marcha das mulheres negras: o Bem Viver para construção de alternativas e superação do racismo*. Trabalho de conclusão de curso. Especialização em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2019.

QUINTILIANO, Marta. *Redes afro-indígenaofetivas: uma autoetnografia sobre*

trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação *stricto sensu* e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás, 2019.

RASHID; Oléria, Ellen. Se tudo der errado amanhã. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rashid/se-tudo-der-errado-amanha/>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

RESTREPO, Eduardo. Pensar o fim do desenvolvimento sem as certezas de extremas outridades. *Revista Língua & Literatura*, vol. 19, núm. 33, 2018, pp. 208-228.

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da; SOUZA, Lorena Francisco de. Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 13, n. 1, p. 125--148, 2022.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020.